



O que está acontecendo à Farmácia portuguesa?



UMA ONDA DE DESREGULAMENTAÇÃO, EM PORTUGAL, ESTÁ PONDENDO FIM À PROPRIEDADE EXCLUSIVA DA FARMÁCIA PELO FARMACÊUTICO, E PERMITINDO QUE MEDICAMENTOS ISENTOS DE PRESCRIÇÃO MÉDICA POSSAM SER DISPENSADOS FORA DO ESTABELECIMENTO. A FARMÁCIA PORTUGUESA É REFERÊNCIA PARA FARMACÊUTICOS BRASILEIROS.

Pelo jornalista Aloísio Brandão,
Editor desta revista.



O farmacêutico brasileiro aprendeu a citar a Farmácia portuguesa como uma referência em saúde. O setor notabiliza-se por ter conquistado avanços significativos, como a prática rigorosa da atenção farmacêutica, avançando para a atenção primária e outros serviços. Em Portugal, medicamentos, quaisquer que sejam eles, só podem ser dispensados, nas farmácias, que, ressalte-se, são propriedade exclusiva do farmacêutico. Agora, leitor, conjugue todos estes verbos no passado. É isto mesmo: no passado. Uma onda de desregulamentação que partiu do Governo está implantando mudanças profundas no setor. Para se ter uma idéia, medicamentos isentos de receita médica podem ser dispensados fora da farmácia, estabelecimento que, a partir de 2007, não pertencerá mais, com a exclusividade de hoje, ao farmacêutico. As mudanças são obra do interesse econômico-financeiro? Elas devem ser entendidas pelos farmacêuticos dos outros países europeus como um aviso, no sentido de que se preparem para o mesmo? Enfim, que mudanças são essas, que estão sacudindo um setor estável, consolidado em sua imbricação com os interesses sanitários, e que eram vistos como uma meta para a Farmácia brasileira? Que impactos essas mudanças provocarão na sociedade portuguesa? As respostas estão com Suzete Maria Pereira Costa Duarte, farmacêutica pela Faculdade de Farmácia de Lisboa, com mestrado em Saúde Pública cuja tese focou-se sobre os cuidados farmacêuticos a pacientes hipertensos. A farmacêutica portuguesa coordena o Departamento de Cuidados Farmacêuticos da Associação Nacional de Farmácias (ANF), de Portugal, entidade que congrega 98% das farmácias do País e que negociou com o Primeiro-Ministro José Sócrates uma maneira de os profissionais não perderem as suas conquistas de longos anos. Suzete Costa veio ao Brasil, a convite do Conselho Federal de Farmácia (CFF), para participar do seminário *Os novos rumos dos serviços farmacêuticos, na farmácia comunitária*, realizado pelo próprio CFF, em Brasília, nos dias 20 e 21 de junho de 2006. Veio para contar a experiência que estão vivendo os farmacêuticos portugueses. Ela deu esta entrevista ao jornalista Aloísio Brandão, editor da revista PHARMACIA BRASILEIRA.

Veja a entrevista.



Farmacêutica portuguesa Suzete Costa



“Hoje, as farmácias não recebem subsídios do Estado e vivem bem, financeiramente. É um setor sólido, que cresceu muito. Por isso, gera cobiça por parte de outros setores.”

PHARMACIA BRASILEIRA – O que está acontecendo com a Farmácia portuguesa?

Suzete Costa – Há uma Lei, de número 2125, de 1965, chamada Lei da Propriedade da Farmácia, que define todo o sistema de propriedade e funcionamento da farmácia, em Portugal. A Lei estabelece que só farmacêuticos podem ser proprietários dos estabelecimentos. Há, também, o Decreto-lei número 48547/68, que regulamenta o exercício da atividade farmacêutica, em todos os segmentos da profissão.

Em 2005, o Primeiro-Ministro José Sócrates anunciou mudanças no setor. Uma delas é que os medicamentos isentos de receita médica poderiam ser dispensados fora da farmácia, coisa que não existia, no País.

O anúncio foi feito, já em sua posse no cargo e entrou em vigor, em setembro do mesmo ano. A proposta do Primeiro-Ministro foi aprovada pelo Parlamento, onde José Sócrates tem ampla maioria. A norma não exige necessariamente a presença de um farmacêutico, mas de um farmacêutico ou técnico de farmácia, nessa situação.

Também, houve o anúncio, em 2005, de outras mudanças, como a redução da margem de lucro da farmácia, em 1,5%. A margem já era baixa (20%). Era a mais baixa de toda a Europa. A redução do lucro atingiu igualmente as distribuidoras.

Por outro lado, a indústria, em Portugal, que tem uma margem de 73,4%, uma das mais elevadas do Continente, não foi tocada. O Estado não reduziu as suas margens de lucro. Outra mudança aconteceu, com a redução de cerca de 5% na co-participação do Estado no

pagamento dos medicamentos às farmácias.

Por fim, em maio deste ano, o Governo anunciou que as farmácias deixarão de ser propriedade exclusiva de farmacêuticos. O Governo, ao anunciar a perda da propriedade, negociou com a Associação Nacional de Farmácias (ANF) a manutenção do direito de as farmácias prestarem alguns serviços farmacêuticos que já eram praticados, mas que não estavam contemplados na lei. E de prestar novos serviços, como a vacinação. Isso acaba abrindo novas oportunidades aos farmacêuticos. Foi a negociação possível, para não perdermos tudo.

Mas importa destacar que não poderão ser proprietários de farmácia a indústria, os médicos, os distribuidores, as empresas de saúde privada e todos os outros que teriam interesse no circuito do medicamento.

PHARMACIA BRASILEIRA – Qual o alcance social e sanitário dessas mudanças, na avaliação da senhora? De que forma elas irão atingir a população?

Suzete Costa – Não sabemos ainda como será a Lei que acaba com a propriedade da farmácia pelo farmacêutico. Ela só será editada, em 2007. O que há, por enquanto, é o seu anúncio. Mas o impacto que eu imagino que irá ocorrer junto à população com a perda da propriedade não será muito grande, porque continuará a haver restrições.

Por exemplo, será mantida a proibição de criação de redes de farmácia. Com as mudanças em curso, cada proprietário poderá ter só até quatro estabelecimentos, mas não uma rede.

Agora, é óbvio que tudo isso é muito preocupante, pois pode ser



entendido como uma porta aberta para outras mudanças mais radicais. Ou seja, hoje é isso; amanhã, poderá ser outra coisa que ninguém sabe o que será.

PHARMACIA BRASILEIRA – O que acaba de acontecer, em Portugal, é resultado direto do poder econômico?

Suzete Costa – Obviamente que há muito interesse, mas eu não posso afirmar se foi o interesse que determinou a mudança. Há 30 anos, ninguém queria ter uma farmácia, porque ela não se auto-sustentava. Por isso, foi criada a ANF: para buscar a sustentabilidade. E ela foi conseguida.

Hoje, as farmácias não recebem subsídios do Estado e vivem bem, financeiramente. É um setor sólido, que cresceu muito. Por isso, gera cobiça por parte de outros setores, que podem estar tentando confrontar o setor farmacêutico com outros interesses.

PHARMACIA BRASILEIRA – Vocês, farmacêuticos, foram tomados de surpresa pelas mudanças, ou o Governo já vinha dando sinais de que iria promovê-las, há muito tempo?

Suzete Costa – Claro que ninguém poderia imaginar quais seriam os contornos finais disso tudo, mas a ANF já vinha se preparando para as mudanças, porque havia sinais de que iriam acontecer.

Tanto que a ANF preparou as farmácias para buscarem um caminho para enfrentar todos os cenários. Levou os estabelecimentos a se fortalecerem com mais investimentos; melhorou o espaço físico das farmácias, informatizou 95% delas, encontrou os meios que levassem à auto-sustentação financeira contínua; e abriu espaços para novos serviços profissionais, como no campo da prevenção e

até mesmo no de maior complexidade.

PHARMACIA PORTUGUESA – E, agora, Dra. Suzete, o que fazer? Há algo que os farmacêuticos portugueses possam realizar para desfazer as mudanças?

Suzete Costa – Não há mais nada a fazer, porque o acordo já está assinado.

PHARMACIA BRASILEIRA – Como a sociedade está recebendo as mudanças já implantadas?

Suzete Costa – A forma como tem sido passada a mensagem sobre as mudanças é de que vão acabar com os privilégios das farmácias e de um grupo profissional – os farmacêuticos. Então, a mensagem faz com que a sociedade seja receptiva às mudanças implantadas pelo Governo. Mas o Governo não promove mudanças mais completas, como, por exemplo, acabar com as filas nos hospitais.

PHARMACIA BRASILEIRA – O que está acontecendo, em Portugal, deve ser entendido como um aviso de que o poder econômico também irá pressionar para desregulamentar o setor, para desfazer o arcabouço normativo instalado nos outros países?

Suzete Costa – Sim, porque as medidas não mais são tomadas, de forma isolada, mas no âmbito da União Européia. Curiosamente, esta medida não está em conformidade com a Europa continental, onde ainda prevalece a propriedade exclusiva do farmacêutico.

PHARMACIA BRASILEIRA – Farmácia comunitária: é possível haver uma distensão entre os interesses econômico e sanitário e se buscar um ponto de equilíbrio entre eles?

Suzete Costa – Acho que é possível e desejável. Um dos prin-

A forma como tem sido passada a mensagem sobre as mudanças é de que vão acabar com os privilégios das farmácias e de um grupo profissional – os farmacêuticos.

cipais erros dos seguidores dos cuidados farmacêuticos e dos seus defensores é que eles defendem que os farmacêuticos devem assumir, na íntegra, o seu papel na gestão e no segmento farmacoterapêutico, e deixar as tarefas menores para o técnico.

Eu acho isso perigoso, porque significa dissociar a vertente comercial da vertente profissional. As duas têm que existir, e o farmacêutico deve atuar em todas elas. Tem que haver uma combinação saudável entre as duas vertentes.

PHARMACIA BRASILEIRA – Que impressão a senhora leva para Portugal deste esforço do Conselho Federal de Farmácia, com vistas a criar espaços para a mudança do modelo de farmácia comunitária vigente, no Brasil?

Suzete Costa – É uma iniciativa muito positiva, uma estratégia muito inteligente. O Brasil é grande e não é possível implantar mudanças, sem buscar parceiros regionais. A estratégia correta é exatamente buscar um modelo comum partilhado pelos parceiros.